

Reinterpretando o Brasil: da revolução burguesa à modernização conservadora

MARCOS VINICIUS PANSARDI

Curitiba: Juruá, 2009, 247p.

ALEXSANDRO EUGENIO PEREIRA*

Em interpretações sobre o Brasil elaboradas no século XX, a ausência histórica do povo como ator relevante dos principais acontecimentos da história política brasileira é um tema recorrente. Diversos intérpretes que escreveram nesse século observaram essa ausência. Oliveira Vianna, por exemplo, destacou a inexistência de sentimento cívico no Brasil como um dos fatores explicativos da “superficialidade” de nossas revoluções. Como resultado dessa leitura, a história política brasileira é concebida como produto da atuação das elites dominantes. As revoluções aconteceriam sem participação efetiva daqueles setores populares mais interessados na transformação qualitativa de suas condições de existência.

A percepção da ausência de participação dos setores populares nos principais acontecimentos políticos da história brasileira não esteve presente somente em análises do pensamento político dos anos 1920 e 1930. Essa percepção é persistente e pode ser observada em outras interpretações produzidas nas décadas seguintes. A persistência dessa percepção foi um dos principais achados do livro de Marcos Vinicius Pansardi. Ele a demonstrou ao destacar a exclusão teórica dos setores populares (classes médias e trabalhadores urbanos e rurais) nas interpretações da história política brasileira, tomando como objeto específico de análise o modo como essas interpretações examinaram os acontecimentos da Revolução de

* Professor Adjunto da UFPR.

1930. Essa persistência foi observada, em particular, no que Pansardi chamou de “paradigma uspiano”, responsável pela construção de um “modelo hegemônico” de interpretação sobre essa revolução. Como representantes desse paradigma, a exposição do autor enfatizou as análises de Paula Beiguelman, Boris Fausto e Francisco Weffort, dentre outros. Pansardi reconheceu a importância do “paradigma uspiano” na renovação dos estudos sobre o Brasil e, ao mesmo tempo, destacou o impacto desses estudos sobre interpretações posteriores, à esquerda e à direita desse paradigma.

Para demonstrar esse impacto, Marcos Vinicius Pansardi examinou, no capítulo 11 do seu livro, três autores responsáveis por uma leitura gramsciana da Revolução de 1930: José Meireles, Luís Werneck Vianna e Carlos Nelson Coutinho. As análises dos autores têm, em comum, a adoção do conceito gramsciano de *revolução passiva*. No final desse capítulo, Pansardi se surpreendeu ao constatar, nessas análises, a exclusão teórica do povo como ator político relevante da história. A surpresa do autor se justifica se for levado em consideração o conceito de *revolução passiva*: para Antonio Gramsci, as pressões populares sobre as classes dominantes são relevantes para explicar a transformação do Estado, engendrada pelas classes dominantes como resposta a essas pressões. Para o autor, essa transformação foi um dos resultados *políticos* da Revolução de 1930. No entanto, as interpretações baseadas em Gramsci ignoraram, também, o papel relevante desempenhado pelos setores populares em 1930.

A influência do “paradigma uspiano” é renovada em outras duas interpretações posteriores à formulação desse “paradigma”: no neopatrimonialismo abordado por Simon Schwartzman (em *As bases do autoritarismo brasileiro*), inspirado em uma leitura de Raymundo Faoro e de Max Weber; e na abordagem das teorias organizacionais, representadas por Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho. Essas teorias enfatizaram a necessidade de se compreender a autonomia das instituições sociais (como o Exército, por exemplo), sem reduzi-las a determinações de classe. Em síntese, Pansardi constatou que as análises de Schwartzman e das teorias organizacionais são passíveis da mesma crítica formulada por ele ao “paradigma uspiano”: a exclusão teórica dos setores populares na interpretação da Revolução de 1930.

Nessa direção, Pansardi rejeitou o tratamento dado por essas interpretações aos setores populares. Para ele, tais setores não podem ser compreendidos simplesmente como irrelevantes ou como “massa de manobra” das elites. Ao contrário, tiveram uma intervenção real nos acontecimentos de 1930. O problema, segundo o autor, é muito mais complexo do que parece sugerir o “paradigma uspiano” e as interpretações posteriores, influenciadas por esse paradigma. Por essa razão, o autor sustenta que os setores populares não podem ser concebidos como incapazes de estabelecer uma organização e de desfrutar de relativa autonomia como ator político.

Ao final de sua exposição, o autor passa em revista a discussão sobre o papel da classe média, com base nos estudos de Décio Saes e Maria Cecília Spina Forjaz.

Demonstra a constatação dos autores sobre o papel da classe média como “fiel da balança” das lutas políticas da burguesia e do proletariado. No capítulo final, o autor destaca a contribuição de duas teses de doutorado defendidas nos anos 1990 na USP, por Brasília Carlos Ferreira e Cláudio Antônio de Vasconcelos Cavalcanti. Ambas sustentaram que a participação popular foi decisiva nos acontecimentos de 1930 e destacaram a mobilização dos setores populares urbanos nesses acontecimentos, por meio do estudo específico sobre as classes trabalhadoras de São Paulo (realizado por Cavalcanti) e do Nordeste (desenvolvido por Ferreira).

Pelo que se pode notar da análise de Marcos Vinicius Pansardi, a adoção da Revolução de 1930 como fio condutor da exposição foi acertada, tendo em vista o longo percurso escolhido pelo autor para demonstrar a ausência dos setores populares nas interpretações, iniciado com o estudo do pensamento conservador dos anos 1930. O pensamento político brasileiro é diverso no que diz respeito aos temas, aos autores relevantes e às suas filiações teóricas e ideológicas. Por isso, qualquer esforço de síntese extenso, como fez Pansardi no livro, carece de um fio condutor. As revoluções são momentos decisivos, capazes de gerar transições de natureza política, econômica e social. A Revolução de 1930 foi um desses momentos e, por essa razão, era necessário interpretá-la ou reinterpretá-la. O problema da natureza da Revolução de 1930 no Brasil (se foi ou não uma revolução burguesa, por exemplo) constituiu objeto de intenso debate dentro das interpretações, envolvendo figuras relevantes como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Boris Fausto, Florestan Fernandes e outros. Em seu conjunto, esse debate examinou o momento de transição pelo qual passava a sociedade brasileira, aprofundado pela consolidação do processo de desenvolvimento industrial. Entender a natureza da revolução brasileira significava recuperar o passado histórico do país, compreender os reflexos desse passado sobre a realidade brasileira e projetar a direção dos desenvolvimentos políticos e econômicos nacionais. Por isso, o tema da revolução no pensamento político brasileiro foi relevante, o que justificou o acerto de Marcos Vinicius Pansardi ao eleger a Revolução de 1930 como tema privilegiado, capaz de articular uma pluralidade e uma diversidade significativa de autores e interpretações.

Por fim, cumpre destacar a rejeição do Estado populista sustentada pelo “paradigma uspiano”. Essa rejeição pode ser interpretada como um “acerto de contas” de uma geração de analistas dos anos 1960 e 1970 com determinados intelectuais que, nos anos 1950, apoiaram o Estado populista e a condução estatal do desenvolvimento econômico. Estão incluídos nessa rejeição os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), como Helio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos e Roland Corbisier. Defendido originalmente como tese de doutorado na Unicamp em 2002, o livro de Marcos Vinicius Pansardi integra outro “acerto de contas”, realizado por uma nova geração de pesquisadores que discutem e questionam o “paradigma uspiano hegemônico” e sua leitura da Revolução e dos desdobramentos de 1930, pela injustificada ausência, nessa leitura, dos setores populares.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Resenha de: PANSARDI, Marcos Vinicius. Reinterpretando o Brasil: da revolução burguesa à modernização conservadora. Curitiba: Juruá, 2009, 247p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.34, 2012, p.183-185.

Palavras-chave: Revolução burguesa; Modernização; Brasil.